

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

MARIA DE LOURDES PALUDO

**ACESSIBILIDADE À EDUCAÇÃO POR PESSOAS DEFICIENTES
EM UMA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA (BU)**

Porto Alegre
2010

MARIA DE LOURDES PALUDO

**ACESSIBILIDADE À EDUCAÇÃO POR PESSOAS DEFICIENTES
EM UMA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA (BU)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia pelo Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Me. Glória I. S. Ferreira, CRB-10/176

Co-orientadora: Profa. Me. Jussara Pereira Santos, CRB-10/09

Porto Alegre
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretor: Prof^o. Esp. Ricardo Schneiders da Silva

Vice Diretora: Prof^a. Dr^a. Regina Helena Van der Laan

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Prof^a. Dr^a. Ana Maria M. de Moura

Vice-Chefe: Prof^a. Dr^a. Helen Beatriz Frota Rozados

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DA BIBLIOTECONOMIA

Coordenadora: Prof^a. Me. Glória Isabel Sattamini Ferreira

Coordenadora Substituta: Prof^a. Dr^a. Samile A. Vanz

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

P184a Paludo, Maria de Lourdes

Acessibilidade à Educação por Pessoas Deficientes, em uma Biblioteca Universitária (BU). / Maria de Lourdes Paludo.- Porto Alegre: UFRGS/FABICO, 2010.

49 f. ; 29 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, RS, 2010. Orientadora: Profa. Me. Glória Isabel Sattamini Ferreira

Co-orientadora: Profa. Me. Jussara Pereira Santos

1. Educação. 2. Biblioteca Universitária. 3. Acessibilidade. 4. Pessoas Deficientes. I. Título.

CDU 027:376

Departamento de Ciências da Informação

Rua: Ramiro Barcelos, 2705

90035-007 – Porto Alegre – RS

Tel: (51) 3308-5146

Fax: (51) 3309-5435

E-mail: fabico@ufrgs.br

MARIA DE LOURDES PALUDO

**ACESSIBILIDADE À EDUCAÇÃO POR PESSOAS DEFICIENTES
EM UMA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA (BU)**

O Trabalho de Conclusão de Curso foi analisado para obtenção do título Bacharel em Biblioteconomia pelo Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Banca Examinadora:

Prof^a. Me. Glória Isabel Sattamini Ferreira - UFRGS
Orientadora

Prof^a. Me. Jussara Pereira Santos - UFRGS
Co-orientadora

Prof^a. Helen Rose Flores de Flores - UFRGS

Prof^a. Me. Jeniffer Alves Cuty - UFRGS

Porto Alegre, 14 de dezembro de 2010

AGRADECIMENTOS

A todos que, contribuíram para a realização deste trabalho e, em especial:

Agradeço em primeiro lugar a DEUS por me conceder esta graça.

À Prof^a. Jussara Pereira Santos pelo carinho e atenção na hora em que precisei.

À Prof^a Glória Isabel Sattamini Ferreira pela dedicação em me apoiar nas horas difíceis e de apuro na finalização do trabalho.

À Prof^a Iara Conceição Bitencourt Neves, que me incentivou na realização do Curso.

Aos meus colegas de trabalho que torceram para esta idealização profissional.

Aos colegas da UNIRITTER, onde prestei estágio e fui recebida com muito carinho.

A minha família.

RESUMO

Acessibilidade à Educação pode ser resumida pelas possibilidades que permitam às pessoas deficientes freqüentar e fazer parte de uma comunidade acadêmica. Este trabalho teve como objetivo verificar as condições de acessibilidade física na biblioteca universitária e suas proximidades identificada como (BU). Utilizou-se metodologia qualitativa para um estudo de caso. Foi adaptado um roteiro de autoria de Emmanuelli (2009), para este trabalho, como instrumento de coleta de dados. Os dados foram analisados e comparados com a NBR 9050/2004, Norma de Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos, que serviu de base para a verificação de acessibilidade física prestada pela instituição aos usuários deficientes. Com a preocupação em sanar as barreiras enfrentadas pelas pessoas deficientes, na referida biblioteca, foram feitas algumas sugestões de melhoria de acessibilidade para serem implantadas pela universidade dentro deste ambiente.

Palavras-Chave: Acessibilidade. Biblioteca universitária. Educação. Pessoas deficientes. NBR 9050/2004.

ABSTRACT

Accessibility to education can be summed up by the possibilities for disabled people to attend and be part of an academic community. This study aimed to verify the conditions of physical accessibility in the university library and its environs as identified (BU). We used qualitative methodology to a case study. A script was adapted for this work as an instrument of data collection. The data were analyzed and compared to NBR 9050/2004 Standard of Accessibility to Buildings, Furniture, Equipment and Urban Spaces, which served as basis for verification of services provided by the institution for disabled users. In the desire to remedy those barriers faced by disabled people, in that library, we made some suggestions for accessibility improvements to be implemented by the university within this environment.

Keywords: Accessibility. Disabled Persons. Education. NBR 9050/2004. University Library.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O ENSINO SUPERIOR	10
2.1 HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	10
2.2 ENSINO SUPERIOR NO RIO GRANDE DO SUL	12
2.2.1 Instituições Públicas	13
2.2.2 Instituições Privadas	15
2.2.3 Instituições Particulares	18
2.3 A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DENOMINADA BU.	19
3 REFERENCIAL TEÓRICO	22
3.1 ACESSIBILIDADE	22
3.2 NBR 9050/2004	26
3.3 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	29
4 OBJETIVOS	32
4.1 OBJETIVO GERAL	32
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	32
5 METODOLOGIA	33
5.1 ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO	33
5.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	34
5.3 ANÁLISE DOS DADOS	35
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS.....	42
ANEXO A: ROTEIRO ADAPTADO DE EMMANUELLI (2009)	45

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de verificar as condições de acessibilidade física de um ambiente educacional por pessoas deficientes, em especial a biblioteca e nas proximidades de uma universidade privada aqui reconhecida como (BU).

A instituição em questão é de grande porte e oferece diversos cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão e situa-se na Grande Porto Alegre - RS.

Para este trabalho foram utilizados os termos “Pessoas Deficientes”, embora haja outras expressões para identificar o mesmo assunto.

O tema de estudo foi escolhido pela preocupação com a existência de um grande número de pessoas com deficiência, que necessitam acessar a universidade e a biblioteca em especial.

Os dados estatísticos fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (BRASIL..., 2000) informam que “[. . .] 14,5% da população brasileira era portadora de, pelo menos, uma das deficiências investigadas pela pesquisa. As deficiências estão assim representadas: a deficiência da visão com 48,1%; 22,9% deficiência motora; 16,7% deficiência auditiva; 8,3% deficiência mental e deficiência física com 4,1%.”. Atualmente, a pessoa deficiente ainda se depara com muitos obstáculos na sociedade onde as barreiras impossibilitam seu acesso ao meio físico.

O número de pessoas com deficiência aumentou consideravelmente após às duas grandes guerras, devido às mutilações causadas neste período.

São classificadas como pessoas com deficiência: “[. . .] aquelas pessoas que são impedidas pela natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.” (BRASIL..., 2008, p. 15). Ainda, nesta população, se enquadram os idosos, obesos, pessoas com estatura excessivamente baixa ou alta, pessoas com deficiência, crianças, mulheres no oitavo e nono meses de gestação, pessoas com lesões temporárias, entre outros.

Grande progresso em proporcionar acessibilidade aos deficientes vem acontecendo no qual, leis e normas são redigidas e que ao serem cumpridas dão mais qualidade de vida para estas pessoas.

Um breve histórico da trajetória sobre a criação do ensino superior no Brasil e, no Rio Grande do Sul, se fez necessário para esclarecer as transformações do ensino desde a sua criação até as condições do ensino superior nos dias de hoje.

O estudo tem o propósito de conhecer a realidade com relação a aspectos de acessibilidade em biblioteca universitária por seus alunos e usuários.

2 O ENSINO SUPERIOR

Comenta Vilela (2007, p. 16) que: “O ensino superior, como formador de competências, que transforma decisivamente os rumos do país, deve estar em sintonia com as mudanças sofridas pela sociedade globalizada.” Por este motivo o ensino superior, vive em constante renovação em busca da qualificação profissional e da educação.

Conforme a Constituição de 1988, no Capítulo III, Seção I e Art. 205, dispõe sobre a educação:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

As instituições de ensino superior, públicas e privadas deverão promover recursos necessários de acessibilidade física, comunicação, e recursos pedagógicos para atender os alunos com deficiência.

2.1 HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

No Brasil, até o século XVI, não havia nenhuma instituição de ensino superior. Uma primeira demanda para que tal lacuna fosse preenchida ocorreu segundo Soares(2002, p.32):

[. . .] após a vinda da família Real para o Brasil, em 1808, Dom João VI, príncipe regente recebe solicitação dos comerciantes locais para a criação de uma universidade brasileira, a qual se dispunham a lhe ajudar financeiramente”.

Em 1822, com a renúncia de Dom Pedro I, assumiu em seu lugar seu primogênito, Dom Pedro II, ainda menor de idade. Neste período da Regência em 1827, foram criados dois cursos de Direito: um em Olinda, na região nordeste, e outro em São Paulo, no sudeste. Também foi criada na cidade de Ouro Preto a Escola de Minas em 1832, sendo instalada 34 anos mais tarde. No Rio de Janeiro, surgiu uma escola de Cirurgia, além de Academias Militares e a Escola de Belas Artes. Também no período imperial (1822-1889) ocorreu a criação das primeiras faculdades de ensino superior: Medicina, Direito e Politécnica em 1874, no Rio de Janeiro. Tratava-se de faculdades isoladas, independentes umas das outras, situadas em locais diferentes e possuíam uma orientação elitista.

Somente em 1920, houve a criação da primeira universidade no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, próximo da comemoração do primeiro centenário da Proclamação da Independência.

Conforme Soares, um comentário sobre a criação das universidades (1930-1964):

O presidente Getúlio Vargas (1930-45), criou o Ministério de Educação e Saúde. Em 1931, com Francisco Campos, seu primeiro titular, foi aprovado o Estatuto das Universidade Brasileiras, que vigorou até 1961: a universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto é, particular; deveria também, incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação Ciências e Letras. Essas faculdades seriam ligadas, por meio de uma reitoria, por vínculos administrativos, mantendo, no entanto, a sua autonomia jurídica. (2002, p. 34).

No período de (1968-2000) foi considerado um período marcado por grandes mudanças no ensino superior: em 1968 - a Reforma Universitária pela Lei 5.540/68 – dirigida às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES); no ano de 1970 – considerado aumento moderado na área do ensino e da pesquisa; em 1980 - aparece o plano político pedagógico da Instituição de Ensino Superior (IES), relatando a interdisciplinaridade do ensino; em 1990 – conforme a Constituição Federal de 1988 acontece a regulamentação da Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional n.

9.394/96, que vigora até hoje; e no ano 2000 – caracterizado pelo crescimento das instituições do Ensino Superior pelo elevado número de matrículas nas universidades e pela necessidade de mais qualidade do ensino exigidas pelo mercado de trabalho.

Estas reformas se enquadram em muitos interesses que podem ser de ordem econômica, social política, pedagógica ou corporativa.

2.2 ENSINO SUPERIOR NO RIO GRANDE DO SUL

Ao analisar o ensino superior do Rio Grande do Sul, Saez (2005, p. 32), comenta que “[. . .] o ensino superior passa por processos de evolução e está representado por quatro fases distintas ocorridas pelo desenvolvimento econômico, político e cultural.” A saber:

1ª. Fase: 1883-1930, a instalação de Escolas e Faculdades em Porto Alegre e Pelotas;

2ª. Fase: de 1930-1960, a junção das escolas já existentes e mantidas pelo governo estadual no interior do estado. Em 1934, forma-se a Universidade de Porto Alegre (UPA), constituída por um agrupamento das escolas: Faculdade de Direito e Odontologia de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria, incorporadas pela Lei estadual 414, de dezembro de 1948;

3ª. Fase: de 1960 ao final de 1980 chamada a fase de incorporação do Ensino Superior por leigos ou grupos religiosos. Este trajeto teve duas sub-fases: uma vai dos anos 60/70, quando há a formação de novas universidades, às públicas e as privadas, consentidas através de projetos sobre novas propostas de Ensino Superior, sendo o projeto da Universidade de Santa Maria (USM). E a segunda, foi a da Fundação da Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado, de Ijuí (FIDENE/Ijuí). Nos anos 70/80, houve o surgimento das escolas superiores isoladas, consideradas fora da sede, criadas pela USM, regida pelo governo no intuito de fomentar as matrículas no Ensino Superior, contando com as instituições de sistema financeiro menos favorecidas;

4ª. Fase: nos anos 90, quando novas instituições se integram ao IES, formando novas universidades.

Entre as instituições de ensino superior do Rio Grande do Sul destacaram-se as de natureza pública ou privada.

2.2.1 Instituições Públicas

As instituições de ensino superior mantidas pelo poder público, de um país, estado, província, município ou departamento pertencem à categoria das instituições públicas.

Entre elas são reconhecidas como sendo de destacada importância a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Rio Grande (FURG) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

A UFRGS sediada em Porto Alegre ministra os cursos desde o Ensino Fundamental até a Pós-Graduação *strictu sensu*. Compromete-se com a educação e com a produção do conhecimento pela qualificação do seu corpo docente, na maioria mestres e doutores, bem como por seus serviços prestados.

A UFRGS teve sua origem com a fundação da Escola de Farmácia e Química em 1895, e em seguida a Escola de Engenharia, com ela iniciou-se a educação superior no Estado. Ainda no século XIX fundou-se a Faculdade de Medicina de Porto Alegre e a Faculdade de Direito, que em 1990, marca o início dos cursos humanísticos no Estado.

Em 28 de novembro de 1934, com a fundação da Universidade de Porto Alegre (UPA), integram-se muitas escolas e faculdade e, no ano de 1947, essa universidade passou a se chamar de Universidade do Rio Grande do Sul – URGS, integrada pelas Escolas de Engenharia, com os Institutos de Astronomia, Eletrotécnica e Química Industrial; Faculdade de Direito, com sua Escola de Comércio; Faculdade de Agronomia e Veterinária; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e pelo Instituto de Belas Artes.

Em 1947, passou a ser denominada Universidade do Rio Grande do Sul, com a sigla de URGS. E em 1950, a universidade foi federalizada, passando sua gestão à

esfera administrativa da União. Desde esta data, a UFRGS, sigla que a identifica até os dias de hoje, ocupa lugar de destaque nacional.

A Universidade Federal de Rio Grande (FURG) foi criada em 08 de julho de 1953, tendo como entidade mantenedora a Fundação de Ensino Superior.

O município de Rio Grande até a metade do século XX, não possuía escola de nível superior e deparava-se com a necessidade de sua criação de cursos desta categoria. Ocorria a evasão de jovens que procuravam seguir seus estudos em outras cidades não voltando à cidade de origem. Essa realidade provocou um movimento cultural para a criação da Escola de Engenharia, justificada pela necessidade de elevado número de profissionais nesta área e, pelo parque industrial já existente.

Em 24 de maio de 1955, o Decreto n. 37.378 autorizou o funcionamento da Escola de Engenharia Industrial, reconhecida pelo Decreto n. 46.459 de 18 de julho de 1959 e sua federalização em 02 de maio de 1961, sendo assim o Ministério da Educação e Cultura instituía a Fundação Cidade do Rio Grande, de vinculação federal, responsável por sua gestão e manutenção.

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) teve sua fundação em 14 de dezembro de 1960 sendo instalada solenemente em 18 de março de 1961, criada pela Lei n. 3.834-C, fundada pelo Prof. José Mariano da Rocha e Filho. Foi à primeira universidade instalada fora do eixo das capitais do Brasil, resultado das lutas pela interiorização do ensino superiores articulada pelo movimento do interior do Rio Grande que transformava a Universidade de Porto Alegre em Universidade do Rio Grande do Sul, através da indexação das faculdades situadas no interior: Farmácia de Santa Maria e Direito de Pelotas.

Esta Universidade tem sua caracterização aprovada pela Portaria Ministerial, n. 801, de 27 de abril de 2001 publicada no Diário Oficial da União de 30 de abril de 2001, constituída por nove unidades universitárias, entre elas um no pólo norte do Estado, a CESNORS, com objetivo de desenvolvimento nesta região.

Fazem parte também três escolas de Ensino Médio e tecnológico: Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Agrícola de Frederico Westphalen e o Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, juntamente com um

conjunto de 66 cursos de Graduação e Pós Graduação nas diversas áreas do conhecimento.

2.2.2 Instituições Privadas

Consideram-se instituições de ensino superior privadas aquelas que são mantidas por instituições da esfera privada, contando com orçamentos substantivamente originários de mantenedoras não governamentais.

Nas instituições privadas se destacam-se as Confessionais, Comunitárias e as chamadas de Particulares, todas mantidas e administradas por pessoas jurídicas de direito privado.

As instituições de ensino superior privado, Confessionais que mais se destacam estão representadas pelas instituições Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PURS) e Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

A UNISINOS é considerada uma das maiores instituições privada do Brasil, concentrada no campus em São Leopoldo, cerca de 25 mil alunos nos cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão. Integra uma rede de 200 instituições de ensino superior jesuítas, com 2,2 milhões de alunos no mundo todo.

A UNISINOS é mantida pela Associação Antônio Vieira, denominação civil da Província dos Jesuítas do Brasil Meridional, da Companhia de Jesus, Ordem dos Jesuítas fundada por Santo Inácio de Loyola. Tendo como valores institucionais:

Missão: promover a formação integral da pessoa humana e sua capacitação ao exercício profissional, incentivando o aprendizado contínuo e a atuação solidária, para o desenvolvimento da sociedade.

Visão: Ser referência na promoção da educação por toda a vida, estar comprometida com o desenvolvimento regional e ser impulsionadora por pessoas solidárias, criativas e inovadoras.

Credo: A Unisinos crê que o seu compromisso fundamental com a sociedade é o de promover a cultura do homem e é para o homem. Possui um quadro funcional de 900 professores nas diversas formações

e 900 funcionários. Já diplomou mais de 63 mil estudantes. (UNISINOS, *site* institucional).

Em 2004, considerada a primeira universidade da América Latina e uma das cinco do mundo, recebendo o certificado ISO 14001, concedida pelo seu ambiente natural. Logo em 2006, foi escolhida pela SAP (*Systeme, Anwendungen und Produkte in der Datenverarbeitung*), maior empresa de *software* de gestão empresarial no mundo, para sediar sua primeira filial no Sul do país.

A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC - RS) iniciou com o Curso Superior de Administração e Finanças, em março de 1931 e reconhecido pelo Decreto nº 23.993, de 1934, já sob a denominação de Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. (PUCRS, *site* institucional).

Teve sua equiparação à universidade pelo Decreto nº 25.794 em 9 de novembro de 1948. É uma entidade privada sem fins lucrativos, mantém vínculo jurídico com a mantenedora, a União Brasileira de Educação e Assistência (UBEA), entidade jurídica de direito privado. Tem como chanceler o Arcebispo de Porto Alegre, o título de Pontifícia, outorgado pelo Papa Pio XII, em 01 de novembro de 1950, significa marca de união e de filial devotamento à Santa Sé. Sua Missão: está fundamentada em princípios da ética e do Cristianismo e na tradição educativa marista, tem por Missão produzir e difundir conhecimento e promover a formação humana e profissional, orientada por critérios de qualidade e relevância, na busca de uma sociedade justa e fraterna. Constituída pelo *Campus* Central, com sede no município de Porto Alegre, pelo *Campus* de Viamão, na cidade de Viamão – RS. (PUCRS, *site* institucional).

A bandeira com o brasão no centro, com lema “*Ad verum ducit*” que significa “Conduz à verdade”, são as armas que representam a Instituição.

A fundação da Escola São Paulo ocorreu em 1911, por imigrantes alemães, os quais tinham diversos objetivos, entre os quais o de atender às necessidades imediatas de educação para seus filhos, desta Escola nasceu a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), que é uma universidade cristã.

A ULBRA é mantida pela Comunidade Evangélica Luterana São Paulo (CELSPS), é uma instituição confessional, da Igreja Evangélica Luterana do Brasil.

CELSPS é uma mantenedora religiosa ligada à igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). É focada na educação voltada para o futuro, buscando a modernização na infraestrutura e recursos pedagógicos. Movimenta-se para disponibilizar serviços de qualidade para acadêmicos, professores, profissionais e toda a comunidade.

Tem por missão desenvolver, difundir e preservar o conhecimento e a cultura pelo ensino, pesquisa e extensão buscando permanentemente a excelência no atendimento das necessidades de formação de profissionais qualificados e empreendedores nas áreas da educação, saúde e tecnologia. (ULBRA, *site* institucional).

As instituições de ensino superior privado, comunitárias, que mais se destacam são: Universidade FEEVALE (FEEVALE) e a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

A Universidade FEEVALE é localizada em Novo Hamburgo - RS. Seu processo de seleção é através de vestibular e avaliação continuada, formando através de seus cursos de graduação, pós-graduação, extensão e pesquisa. Foi instalada em 24 de março de 1970, surgiu pela vontade e especializar profissionais para a sociedade. É uma instituição de ensino, sem fins lucrativos, com autonomia didática, científica, administrativa e disciplinar, formando cidadãos, nas mais diversas áreas do conhecimento.

Em 28 de junho de 1969, foi fundada a Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo (ASPEUR), mantenedora da instituição, com denominação de Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo.

O Centro Universitário FEEVALE adquiriu autonomia universitária, através da homologação do então Ministro de Estado da Educação, Paulo Renato de Souza, em 21 de julho de 1999, que a partir desse momento, os projetos da Instituição puderam ser desenvolvidos com maior rapidez, oportunizando a conquista dos espaços desejados. Em 05 de abril de 2010, data em que Novo Hamburgo comemorou seus 83 anos de emancipação política a grande conquista ocorreu quando foi publicada, no Diário Oficial da União, uma portaria do Ministério da Educação, credenciando o Centro Universitário FEEVALE como Universidade. A notícia era aguardada pela comunidade acadêmica e pelo município há pelo menos cinco anos.

A UNISC teve seu início em 1962 quando foi fundada a Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul, (APESC), mantenedora da UNISC. Após dois anos de atividades com a aprovação da primeira faculdade permitindo a criação do curso de Ciências Contábeis. Logo depois foram criadas a faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a seguir a Faculdade de Direito e a Escola Superior de Educação Física, sendo a APESC sua mantenedora. No ano de 1980, as quatro faculdades dão origem à Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul (FISC). Surgem cursos em regime especial de férias na formação de professores de Licenciatura e, em 1984 nasce a Escola de 1º e 2º Graus também mantida pela APESC e vinculadas à instituição. Em março de 1992, em transição para Universidade são extintas as Faculdades, passando os Departamentos a ligar-se diretamente à Administração Superior. (UNISC, *site* institucional).

Em 1993, a criação da Universidade chega ao fim passando a chamar-se Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Oferece vários cursos de Graduação, Pós-Graduação e Mestrado. Considera-se uma universidade em construção que cresce e acompanha o crescimento tecnológico preservando a qualidade do ensino. Além dos cursos superiores, desde 1999 a APESC oferece cursos técnicos, com a criação do Centro de Educação Profissional (CEPRO) também mantida pela entidade. Considerada a quarta melhor Universidade Comunitária do Estado e a oitava melhor Instituição entre às públicas do país.

2.2.3 Instituições Particulares

Para as instituições privadas de ensino superior particulares houve maior destaque a Faculdade Porto-Alegrense (FAPA) e o Centro Universitário Ritter dos Reis (UNIRITTER).

A Faculdade Porto-Alegrense (FAPA) teve sua fundação pela unificação da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras e da Faculdade Porto-Alegrense de Ciências Contábeis e Administrativas, aprovadas pela Portaria do Ministério de Educação e Cultura (MEC), nº 42, de 17 de janeiro de 2008. A FAPA

responsabiliza-se pelos cursos regularmente autorizados e de funcionamento, compromete-se em garantir e dar continuidade aos cursos e pela qualidade do ensino. A FAPA está localizada em Porto Alegre, oferece vários cursos entre eles: graduação, pós-graduação e extensão. A FAPA tem como mantenedora, a Associação Educacional Sul-Rio-Grandense.

O Centro Universitário Ritter dos Reis (UNIRITTER), foi fundado em 1971 pelo educador Romeu Ritter dos Reis. Compromete-se pelo ensino superior em graduação, pós-graduação, nos seus dois *campi*, um Porto Alegre e outro em Canoas. O Centro Universitário Ritter dos Reis tem como missão: construir conhecimento, formar profissionais qualificados e cidadãos éticos. (UNIRITTER, site institucional, *passim*)

Destaca-se no mercado de trabalho, pelo seu corpo docente formado por mais de 200 mestres e doutores, levando conhecimento aos alunos que buscam crescimento profissional.

Também salienta-se pelos Cursos de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Design, Direito, Letras, Pedagogia e Sistemas de Informação e Graduação Tecnológicas nas áreas de Informática e Administração.

2.3 A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DENOMINADA BU

O objeto deste estudo é uma biblioteca universitária de caráter privado, reconhecida neste trabalho por BU devido a questões de sigilo determinadas por sua administração, situada na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Com a expansão do complexo educacional da mantenedora (que será igualmente mantida em sigilo) foi construída em 1982 uma biblioteca no *Campus* Central.

Em 1990, conclui-se um projeto da construção da biblioteca atual, permitindo a implantação novos serviços e ampliação de seus recursos bibliográficos. Atualmente ocupa uma área física de 3.822 m² divididas em três andares:

Primeiro andar: acervo de livros, folhetos e trabalhos de conclusão de curso; sala de multimeios CD-ROMs, CDs, slides, fitas de vídeo, DVDs, sala de acervo especial destinado aos usuários com deficiência visual, sala de Obras Raras incluindo os mapas e Normas Técnicas, sala de leitura, setor de atendimento, balcão de circulação, terminais de consulta ao catálogo on-line (dois de uso para deficientes), sala de estar, guarda volumes, serviços de fotocópias e encadernação, quatro banheiros públicos (um de uso preferencial para deficientes físicos) e um lavabo para funcionários;

Segundo andar: acervo de livros, folhetos, trabalhos de conclusão de curso, produções científicas dos docentes, sala de leitura, sala de renovações por telefone, seis salas para estudo individual ou em grupo, terminais de consulta ao catálogo on-line, espaço de notícia, Setor de Recursos (SOI) *on-line* de informação, Administração, Secretaria, Coordenação Técnica e quatro banheiros públicos;

Terceiro andar: acervo de livros, folhetos, trabalhos de conclusão de curso, teses, dissertações, monografias e periódicos, sala para leitura, uma sala para estudo individual ou em grupo, três salas de vídeo, terminais de consulta ao catálogo on-line, 4 sanitários públicos.

Seu quadro funcional está formado por uma bibliotecária coordenadora, sete bibliotecários e 27 auxiliares de biblioteca.

Seu horário de funcionamento de segunda à sexta-feira, das 7h30min às 22h e aos sábados das 8h às 16h45min.

A biblioteca dispõe de 36 computadores para acesso ao catálogo *on-line*, um computador para deficientes físicos e, 42 computadores no SOI para acesso nas bases de dados, publicações eletrônicas e *internet*. No térreo balcão central de serviços de empréstimo, devolução e reserva. Nos três andares contém balcões de atendimento, para orientação aos usuários.

O acervo é composto por 253.702 volumes de livros, 852 títulos de periódicos correntes nacionais e 461 títulos estrangeiros, 2.275 títulos de multimeios com 3.427 volumes.

A Biblioteca oferece os seguintes recursos, serviço de Referência, catálogo *on-line*, Biblioteca digital de Teses e Dissertações, Circulação, comutação, visita

orientada, treinamento de usuários, recursos audiovisuais, fotocópias e encadernação.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Duas grandes vertentes temáticas compõem os estudos teóricos: acessibilidade às pessoas com deficiência e bibliotecas universitárias.

3.1 ACESSIBILIDADE

O termo acessibilidade não tem uma definição universalmente aceita que o designe e, pode ter múltiplas interpretações, depende de quando e onde é aplicado. Pode ser definido como o conjunto de características que dispõe um produto ou serviço com condições de conforto, segurança e igualdade por todas as pessoas inclusive aquelas que são portadoras de algum tipo de deficiência.

Para Teske (2005, p. 346), “[. . .] acessibilidade deve ser considerada uma qualidade adicional do entorno urbano, portanto, não deve ser vista de forma separada mas na globalidade do meio e em suas inter-relações.”

O objetivo da acessibilidade é simplificar a vida de todos, fazendo com que os produtos às comunicações e o meio edificado sejam utilizáveis por um número maior de pessoas.

A acessibilidade à educação dentro do âmbito de discussões sobre acessibilidade pode ser resumida com todas as possibilidades que permitam ao estudante portador de deficiência frequentar e relacionar-se com a comunidade acadêmica. (GARCIA, 2008, p. 93).

As universidades possuem entre seus usuários pessoas deficientes, e estas dependem consideravelmente da facilidade de acesso aos estabelecimentos de ensino. Nos dias de hoje, cada vez mais a educação é considerada um dos fatores indispensáveis em uma sociedade competitiva e, é fundamental a inclusão destas

peessoas na formação de sua cidadania.

Através da educação as pessoas conseguem realizar seus objetivos compartilhando de uma sociedade igualitária, portanto, os deficientes possuem as mesmas condições e oportunidades que as outras pessoas.

Do ponto de vista dos Direitos das Pessoas Deficientes, a Convenção refere-se ao termo acessibilidade:

[. . .] como ferramenta para que às pessoas com deficiência atinjam sua autonomia em todos os aspectos da vida, o que demonstra uma visão atualizada das especificidades destas pessoas, que buscam participar dos meios mais usuais que a sociedade em geral utiliza para funcionar plenamente nos dias de hoje, não reduzindo apenas à acessibilidade ao meio físico. (BRASIL, 2008b, p. 50).

A igualdade de condições sem distinção dá aos deficientes a garantia de que não sejam excluídos ou marginalizados. Esta possibilidade se dá pela conscientização da sociedade através das políticas de inclusão. Por este motivo, as universidades devem estar preparadas em seus estabelecimentos de ensino com o fácil acesso na recepção destas pessoas, que buscam o conhecimento.

Em virtude da necessidade destas pessoas adquirirem informação descreve o capítulo VII, artigo 17, de Acessibilidade, sobre a eliminação de barreiras na comunicação que:

O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer. (BRASIL, 2008a, p. 39).

O Poder Público tem o papel fundamental de gerir estes mecanismos de inclusão social, ao eliminar as barreiras que excluem uma boa parcela da população para que haja igualdade na formação intelectual entre as pessoas deficientes.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos proclama no Art. II:

Todo homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. (ORGANIZAÇÃO..., 1948).

Na década de 70, alguns órgãos da Organizações das Nações Unidas (ONU), começaram a manifestar-se sobre o termo “deficiente” o que provocou a *Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes* (PROGRAMA..., 2006), aprovada pela Assembléia Geral por meio da Resolução de nº 3.447 de 09 de dezembro de 1975. Naquele estatuto estavam incluídos qualquer tipo de deficiência.

No Brasil, em 1985, foi criada a primeira norma técnica da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) de Acessibilidade, atualmente em vigor a NBR 9050/2004 com o título de *Adequação das Edificações, Equipamentos e Mobiliário Urbano*. (ASSOCIAÇÃO..., 2004).

Com a Constituição Federal de 1988, a sociedade reordenou o pensamento em relação às pessoas com deficiência, assegurando o seu lugar no social para manter um ambiente de inclusão. (BRASIL, 1988). No entanto, para que essas pessoas fossem incluídas no meio social, foi preciso manter uma proposta de acessibilidade por qualquer pessoa, com ou sem deficiência, que serviu para resgatar o direito à cidadania.

Em 24 de outubro de 1989, a Lei 7.853 originada pela Constituição de 1988, estabeleceu normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência e sua efetiva integração social. Na interpretação desta Lei devem ser considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-

estar e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000), em seu Artigo I estabelece normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

No Brasil, as grandes mudanças sobre a acessibilidade vem se destacando por questões particulares, individuais e movimentos sociais que, dão origem às leis e projetos que beneficiam a população deficiente nas reivindicações de seus direitos.

Estas medidas e leis de acessibilidades fazem com que os deficientes possam fazer jus, em igualdade e oportunidades como as demais pessoas.

O ano de 2004 destacou-se com a publicação da segunda edição da NBR 9050 pela ANBT e, em 2007, foi publicado o Estatuto da Pessoa com Deficiência. (BRASIL, 2007).

O Estatuto descreve que:

Acessibilidade é condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência. (BRASIL, 2007, p. 42).

A acessibilidade é usada no sentido de identificar uma situação de uso pleno, seguro e independente do espaço construído. Assim será acessível a toda a população, independente de características físicas, idade e sexo. Espaços ou equipamentos que não possuem essas condições são possuidores de barreiras arquitetônicas. Portanto, acessibilidade é condição básica para a inclusão social das pessoas com deficiência.

O Estatuto ainda dispõe sobre a acessibilidade. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos, na condição de coordenadora do Programa Nacional de Acessibilidade, desenvolveu dentre outras, as seguintes ações:

- I – Apoio e promoção de capacitação e especialização de recursos humanos em acessibilidade e ajudas técnicas;
- II – Acompanhamento e aperfeiçoamento da legislação sobre acessibilidade;
- III – Edição, publicação e distribuição de títulos referentes à temática da acessibilidade;
- IV – Cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios para a elaboração de estudos e diagnósticos sobre a situação da acessibilidade arquitetônica, urbanística, de transporte, comunicação e informação;
- V – Apoio e realização de campanhas informativas e educativas sobre a acessibilidade;
- VI – Promoção de concursos nacionais sobre a temática de acessibilidade;
- VII – Estudos e proposição da criação e normalização do Selo Nacional de Acessibilidade (BRASIL, 2007, p. 63).

A sociedade atual está consciente que a acessibilidade é causadora da eliminação de barreiras arquitetônicas que contribui e faz com que os deficientes tenham acesso ao trabalho, à saúde, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e a maternidade e propicia a sua inclusão social.

A inclusão social é a situação em que às pessoas deficientes são aceitas com suas diferenças no meio social e tem equiparação de oportunidades no exercício da cidadania. A inclusão é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade e através das transformações dos ambientes físicos e na mentalidade das pessoas, incluindo o próprio deficiente.

3.2 NBR 9050/2004

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 9050 foi elaborada pelo seu Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB-040), pela Comissão de

Edificações e Meio (CE-40:001.01), conforme o Edital nº 09 de 30/09/2003, com o número Projeto NBR 9050 que substituiu a ABNT 9050/1994.

A Norma NBR 9050/2004 com o título de Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos, tem como objetivos:

1.1 Esta Norma estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade;

1.2 No estabelecimento desses critérios e parâmetros técnicos foram consideradas diversas condições de mobilidade e de percepção do ambiente, com ou sem ajuda de aparelhos específicos como: próteses, aparelhos de apoio, cadeiras de rodas, bengalas de rastreamento, sistemas assistivos de audição ou qualquer outro que venha a completar necessidades individuais;

1.3 Esta norma visa proporcionar a maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos;

1.3.1 Todos os espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, devem atender ao disposto nesta Norma para serem considerados acessíveis;

1.3.2 Edificações e equipamentos urbanos que venham a ser reformados devem ser tornados acessíveis. Em reformas parciais, a parte reformada deve ser tornada acessível;

1.3.3 As edificações residenciais multifamiliares, condomínios e conjuntos habitacionais devem ser acessíveis em suas áreas de uso comum, sendo facultativa a aplicação do disposto nesta Norma em edificações unifamiliares. As unidades autônomas acessíveis devem ser localizadas em rota acessível;

1.3.4 As entradas e áreas de serviço ou de acesso restrito, tais como casas de máquinas, barriletes, passagem de uso técnico etc., não necessitam ser acessíveis (ASSOCIAÇÃO..., 2004, p. 1).

As pessoas com deficiência têm o direito de serem reconhecidas como pessoas integrantes de uma sociedade global, pois possuem capacidade de exercer

direitos e deveres como cidadãos.

A NBR 9050/2004 menciona a fixação de padrões propiciando as pessoas deficientes condições de acessibilidade autônoma a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos e recomenda o uso das edições mais recentes, por estarem sujeitas à modificações. Dentre elas serão citadas como referências normativas a lei e algumas normas a seguir:

Lei Federal nº 9.503, de 23 setembro de 1997, incluindo decretos de regulamentação e resoluções complementares – Código de Trânsito brasileiro;

NBR 9077:2001 – Saídas de Emergência em Edifícios – Procedimento;

NBR 9283:1986 – Mobiliário Urbano – classificação;

NBR 9384:1986 – Equipamento Urbano – classificação;

NBR 10283:1988 – Revestimentos Eletrolíticos de Metais e Plásticos Sanitários – especificação;

NBR 10898:1999 – Sistema de iluminação de emergência;

NBR 11003:1990 – Tintas – Determinação da Aderência – método de ensaio;

NBR 13994:2000 - Elevadores de Passageiros – elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência. (ASSOCIAÇÃO..., 2004, p. 1).

Para seu melhor entendimento a Norma fornece uma série de definições de termos técnicos em sua Seção 3.

Fornece ainda determinações sobre os parâmetros antropométricos, comunicação e sinalização, acessos e circulação, sanitários e vestiários, equipamentos urbanos e mobiliário. Dentro do quesito equipamentos urbanos encontra-se a, Seção 8.7, Bibliotecas e Centros de Leitura, a qual é especialmente importante neste estudo. As demais seções também foram consideradas tendo em vista que estão relacionadas aos ambientes de investigação.

A Seção 8.7 da NBR 9050/2004 tem o seguinte conteúdo:

8.7.1 Nas bibliotecas e centros de leitura, os locais de pesquisa, fichários, salas para estudo e leitura, terminais de consulta, balcões de atendimento e áreas de convivência devem ser acessíveis, conforme 9.5 e figura 157;

8.7.2 Pelo menos 5%, com no mínimo uma das mesas devem ser acessíveis, conforme 9.3. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade;

8.7.3 A distância entre as estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura, conforme figura 158. Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. Recomenda-se a rotação de 180%, conforme 4.3;

8.7.4 A altura dos fichários deve atender às faixas de alcance manual e parâmetros visuais, conforme 4.6 e 4.7;

8.7.5 Recomenda-se que as bibliotecas possuam publicações em Braille, ou outros recursos audiovisuais;

8.7.6 Pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à Internet devem ser acessíveis a P.C.R e P.M.R. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade (ASSOCIAÇÃO..., 2004, p. 88).

3.3 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

As bibliotecas na atualidade são consideradas diferentes das que existiram antigamente quando eram consideradas apenas como guardiãs ou depósitos de documentos, pois, hoje elas tem como função a disseminação do saber.

Descreve Vicentini, biblioteca como:

Esses espaços devem ser ocupados segundo as necessidades de sua comunidade e proporcionar-lhes um clima favorável e implementação de programas de pesquisa, cultura e lazer, independente, das

limitações de ordem econômica e social. (2007, p. 2).

Relata Job (2006, p.4) “[. . .] a biblioteca universitária desempenha um papel social ao atender às necessidades informacionais de seus usuários.” Ela é intermediadora de informação para a comunidade, pesquisadores e professores. Contribui para o crescimento do ensino e, como consequência participa do desenvolvimento do país, através da prestação dos serviços e recursos que transformam a sociedade.

Uma biblioteca universitária deve funcionar como um verdadeiro centro de documentação que além de conservar os documentos deve também disseminar informação para um número maior de usuários.

Ainda comenta Job sobre a biblioteca universitária:

Ela atua como instrumento de comunicação ao intermediar a relação entre a fonte de informação e seu usuário. Cabe-lhe criar mecanismos no sentido de participar do processo de transferência da informação para que seu público, de forma consciente e crítica, utiliza-se das novas informações, possibilitando a inserção e a efetiva participação no desenvolvimento de conhecimentos, principalmente, por meio de pesquisas científicas. (2006, p. 4).

A biblioteca universitária têm a principal função de disseminar o conhecimento científico e tecnológico e seus usuários, pessoas físicas ou instituições, independente das classes sociais. Deve se preocupar em manter seu acervo bem atualizado e oportunizar para que todos aproveitem seus materiais, procurando se enquadrar dentro de seus objetivos.

Além disso, a biblioteca proporciona uma série de serviços e procura atender a comunidade acadêmica, nas suas necessidades informacionais. Algumas atividades disponibilizadas pela biblioteca são representadas como: empréstimos, devoluções e renovações, acesso à bases de dados, serviços de referência, acesso à Internet, consulta local, treinamento aos usuários, comutação, orientações bibliográficas, entre

outros, também procurar atender os usuários com deficiências físicas ao proporcionar-lhes o máximo de acessibilidade como os demais usuários.

Na biblioteca é o lugar onde se busca sabedoria e conhecimento, por isso, deve ser considerada um lugar de livre acesso, para todas às pessoas, incluindo os deficientes físicos, procurando atender todos os tipos de deficiência.

Portanto, deve estar preparada para suprir as necessidades informacionais de seus usuários que fazem parte de uma sociedade globalizada que cada vez mais exige profissionais competentes e competitivos no mercado de trabalho. Esta preparação se deve não só aos recursos bibliográficos como também às novas tecnologias que atualmente dão oportunidades de igualdade à comunidade deficiente ao favorecer a sua inclusão social. A acessibilidade às tecnologias oferecidas nas bibliotecas também proporcionam o acesso à informação e à integração dos deficientes de forma que possam usufruir desses recursos.

Algumas instituições de ensino muito embora em condições precárias dispõem de recursos de acessibilidade focando nas necessidades dos usuários deficientes e, formar dessa maneira uma sociedade de igual condições para todos. Esta preocupação com os deficientes físicos é garantida em igualdades e oportunidades conquistados pela Constituição de 1988, na produção dos seus direitos de cidadãos. (BRASIL, 1988, *passim*).

A acessibilidade às pessoas deficientes não deve ser compromisso só da biblioteca, mas, deve ser considerada uma preocupação da sociedade em geral, pois, todos têm seus direitos garantidos por lei.

Isto vem contribuir para que haja uma integração maior entre os usuários deficientes oportunizando condições de agregarem informações com os recursos que lhes são oferecidos para a sua formação intelectual.

4 OBJETIVOS

Os objetivos desse estudo foram divididos em dois, o objetivo geral e os objetivos específicos que, deram continuidade ao trabalho.

4.1 OBJETIVO GERAL

Verificar se a biblioteca objeto de estudo propicia acessibilidade para os deficientes físicos.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) verificar as condições de acessibilidade externa à biblioteca;
- b) identificar os recursos de acessibilidades oferecidos pela biblioteca.

5 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caso, de uma pesquisa exploratória e qualitativa.

Segundo comentário de Gil (2007, p. 50), “O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais.” Para que um documento seja considerado válido e fidedigno de investigação científica a pesquisa precisa ser sistematizada pelo pesquisador. A este tipo de pesquisa requer que o pesquisador tenha um envolvimento maior com determinada população e um problema.

Sobre a pesquisa qualitativa pode-se dizer:

As pesquisas qualitativas trabalham com dados não quantificáveis, coletam e analisam materiais pouco estruturados e narrativos, que não necessitam tanto de uma estrutura, mas em compensação requerem o envolvimento do pesquisador ao máximo. (FIGUEIREDO, 2004, p. 107).

5.1 ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO

A metodologia deste estudo foi realizada nas seguintes etapas:

Primeira etapa: foi adaptado um roteiro para a coleta dos dados, conforme o Anexo da Monografia do Curso de Especialização em Gestão de Bibliotecas Universitárias - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apresentado por Emmanuelli (2009, p. 79), com o título de Acessibilidade Física em Bibliotecas Universitárias: um direito de todos. Este instrumento teve seu conteúdo relacionado com as determinações da NBR 9050/2004,

aplicado para conhecer as condições de acessibilidade física da Biblioteca BU e suas proximidades;

Segunda etapa: após a aplicação deste roteiro, foi efetuada a análise dos dados coletados;

Terceira etapa: com base na análise dos dados foram feitas sugestões para melhoria da acessibilidade na Biblioteca BU.

5.2 INSTRUMENTOS DE COLETA

Como instrumento de coleta dos dados foi adaptado um roteiro para este trabalho no Anexo A, conforme modelo apresentado por Emmanuelli (2009), para conhecer as condições de acessibilidade física da biblioteca e suas proximidades, na verificação dos recursos oferecidos pela universidade aos deficientes. Salientando que a confecção deste roteiro teve como base as determinações da NBR 9050/2004 para avaliações relacionadas especificamente aos seguintes itens:

1 ao 1.4: Informação aos Usuários;

2 ao 2.1.7: Infraestrutura do *Campus* - Quanto à Acessibilidade no Estacionamento;

2.2 ao 2.2.2: Quanto à Acessibilidade em Transporte Urbano Coletivo;

2.3 ao 2.3.6: Sobre o Percurso Interno entre os Prédios;

2.4 ao 2.4.3: Quanto aos Sanitários e Mobiliários Urbanos;

3 ao 3.1.25: Infraestrutura da Biblioteca - Quanto a Acessibilidade Arquitetônica;

3.2 ao 3.2.5: Acessibilidade Comunicacional;

3.3 ao 3.3.6: Acessibilidade Instrumental;

3.4 ao 3.4.2: Acessibilidade Metodológica;

3.5 ao 3.5.3: Acessibilidade Programática.

5.3 ANÁLISE DOS DADOS

O roteiro desta análise foi dividido em três grandes itens com suas subdivisões que serão relacionados a seguir.

O *primeiro* item do roteiro aplicado refere-se a informações sobre usuários deficientes e sobre o conhecimento que o bibliotecário tem a respeito dos mesmos. Verificou-se que o bibliotecário não tem conhecimento sobre o número de alunos deficientes existentes na instituição, mas, somente, sabe que usuários deficientes freqüentam a biblioteca. O bibliotecário, também, desconhece se os deficientes da comunidade externa à universidade utilizam a biblioteca. Todavia a instituição dispõe de dotações específicas para aplicar em acessibilidade no seu orçamento que podem ser aproveitados por meio de projetos nesta área.

O *segundo item* refere-se a Infraestrutura do *Campus* destacando a acessibilidade do estacionamento e o acesso dos deficientes no campus da instituição, incluindo a questão do transporte urbano, bem como o percurso interno entre os prédios.

Constatou-se que ao chegar no campus da universidade há sinalização tátil no chão para deficientes visuais, indicado no item 5.1.2 da NBR 9050/2004 e rampas de acesso para cadeirantes indicados no item 5.4.1 da NBR Símbolo Internacional de Acesso.

Existe estacionamento próximo à biblioteca para deficientes, com a indicação de uma vaga conforme 5.4.1 Símbolo internacional de Acesso no chão, mas não há placa indicativa visível conforme os itens 6.12 a 6.12.3 da NBR 9050/2004. No desembarque do usuário deficiente, os seguranças da instituição ajudam no seu deslocamento até à biblioteca. Há rebaixamento no meio fio da calçada do estacionamento, por este motivo existe uma rampa de acesso, sua localização é próxima da circulação de pedestres.

O transporte coletivo atende perfeitamente a demanda dos usuários no campus, este serviço é feito por várias linhas de ônibus que, no geral são adaptados para transportar deficientes.

Ao analisar o percurso entre os prédios da universidade observou-se que em alguns lugares a passagem dos deficientes não é facilitada, existem muitas irregularidades nas rampas de acessos que não atendem a NBR 9050/2004 nos itens 6.5 a 6.5.2.3. Algumas rampas são feitas de cimento com grande desnível, outras são de metal e não são fixas no chão, podendo provocar acidentes. Não existem corrimãos (item 6.7.1) nas rampas e muitas não são feitas com as medidas conforme determina a NBR 9050/2004. O percurso e calçamentos dentro do campus em algumas partes carecem de manutenção e criam alguns obstáculos, para todos os usuários, principalmente, aos deficientes de modo geral, indicados nos itens 6 a 6.1.4 da NBR 9050/2004.

Destacam-se ainda os sanitários e mobiliários. A instituição oferece em alguns prédios sanitários adaptados para uso dos deficientes conforme a Norma. Apesar disso, a maioria dos sanitários espalhados pelo campus da universidade não são construídos e adequados para deficientes. Em alguns prédios as portas são tão pequenas que os cadeirantes não conseguem manobrar sua cadeira e, em outros, os mobiliários dos sanitários se encontram em desarmonia, entre o vaso, o suporte de papel e as barras de proteção, conforme exposto nos itens 7.2 a 7.3.8.5 da NBR 9050/2004.

Aos bebedouros, observou-se que não estão compatíveis com as alturas conforme exige a NBR 9050/2004, que vai do item 9 a 9.1.3.3, que é de 0,90 m de altura do piso e não permitem utilização por meio de copo, medindo todos acima de 1,00 m de altura.

Quanto aos telefones espalhados pelo campus somente um telefone é instalado mais baixo a 1,00 m do piso, enquanto que a norma pede que seja instalado à 0,73 cm, portanto, não obedecem às medidas conforme a NBR 9050/2004, estipulados nos itens 9.2 à 9.2.8 desta Norma.

No terceiro item, utilizado para análise, contatou-se que a referida Biblioteca apresenta aspectos de necessidades relacionados à acessibilidade Arquitetônica, Acessibilidade Comunicacional, Acessibilidade Instrumental, Acessibilidade Metodológica e Acessibilidade Programática.

A calçada em frente à biblioteca possui um degrau, cumpre salientar que há

uma rampa de acesso feita de cimento e possibilita a passagem de cadeirantes.

Na chegada da biblioteca o piso é bem escorregadio, não possui antiderrapante para os dias de chuva ou quando a calçada está molhada. Na porta central da biblioteca existem tapetes que não são fixos ou embutidos no chão, são soltos e são escorregadios, não obedecem os itens 6.1.7 a 6.1.7.4 da NBR 9050/2004.

Dentro da biblioteca não existe catraca que possa impedir a passagem dos usuários.

Os armários guarda-volumes, estes, facilitam o uso para os deficientes por terem gavetas bem baixas, conforme a NBR no item 7.4.2.

Suas portas internas são de livre acesso e permitem o uso pelos deficientes seguindo as medidas da NBR 9050/2004 que é de 0,80 m de largura, conforme os itens 6.9.2 a 6.9.2.10.

O balcão de atendimento não permite que o usuário cadeirante tenha um bom acesso aos serviços de circulação e, nem para o funcionário que, também, é cadeirante tenha uma boa posição para o trabalho. Este balcão é muito alto não oferece comodidade aos usuários e, não confere às medidas estipuladas nos itens 9.5 a 9.5.4 da NBR que é de 0,90 m de altura do piso.

Entre os mobiliários, às mesas e as estantes existem o livre acesso por pessoas deficientes, estando dentro da norma que é 0,90 m de distância, permite aos cadeirantes ou alguém que use outro acessório a passagem, conforme a NBR 90050/2004 no item 9.3.

Quanto aos fichários que são substituídos pelos terminais de consultas, conforme a NBR nos itens 8.7.4 ao 8.7.6, estão de acordo para o uso dos deficientes pois, existem micros de consulta à altura mínima para cadeirantes.

Para o acesso no segundo e terceiro andares é necessário o uso do elevador, este, quase nunca funciona não existem dispositivos de comunicação, sinalização em Braille, para os deficientes visuais e, nem instrução de uso na botoeira conforme requer os itens 6.8.2 a 6.8.2.5 da NBR 9050/2004.

A biblioteca dispõe de um sanitário adequado para deficiente físico, conforme regulamenta a NBR 9050/2004 .

Na biblioteca não existem comunicações de forma transmitida ou visual para

todos os andares. Não há sinal direcional visível dos espaços como circulação e sanitários. Ainda não há sinalização tátil em Braille nos corrimãos e escadas, conforme a NBR 9050/2004 nos itens 6.7.1 a 6.7.1.8 desta norma, nem há sinalização ao alcance do tato nas portas de entrada e novos cômodos ou salas.

A biblioteca dispõe de condições de acessibilidade digital, também possui ferramentas na busca de informação com programas, softwares e Internet, a localização destes recursos são bem acessíveis, instalados no primeiro piso da biblioteca conforme a NBR 9050/2004 nos itens 8.7.4 a 8.7.6 da norma. A biblioteca dispõe de recursos humanos para atender os deficientes visuais, inclusive possui um funcionário que é deficiente visual, que ensina o manuseio destas ferramentas aos outros usuários. Ainda é disponibilizado um acervo específico de livros em Braille, livro falado, recursos como DVDs e CDs entre outros, conforme os itens 8.7.5.

Para agregar mais recursos aos deficientes a universidade está promovendo um curso de acessibilidades entre os funcionários da instituição e da biblioteca capacitando-os no atendimento de deficientes, também há conhecimento de que funcionários da biblioteca fizeram o curso de LIBRAS.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos dados concluiu-se que a instituição mantenedora desta Biblioteca que foi o foco da aplicação deste estudo necessita urgentemente se adaptar totalmente a legislação e às normas existentes para possibilitar o acesso de deficientes. A Legislação diz que instituições públicas, como universidades, devem oferecer acesso de modo geral aos usuários em seus estabelecimentos. Regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas especificam estas necessidades como vimos no item 5.4 - Análise dos Dados deste trabalho.

Antes de mais nada recomendo que se faça um mapeamento dos usuários deficientes que freqüentam esta Biblioteca no sentido de especificar, inclusive, o tipo de deficiência para que estas informações possam servir de base a um planejamento melhorando a acessibilidade aos serviços disponíveis.

Assim sendo, proponho que a universidade faça algumas reformas baseadas nos itens deste roteiro utilizado para análise dos dados com as sugestões apresentadas para melhorar o acesso dos deficientes na Biblioteca (BU).

A universidade deverá trabalhar na verificação das placas de acessibilidade espalhadas pelo campus, embora existindo algumas, há lugares que requer uma visibilidade melhor sobre a sinalização. Inclui-se também o estacionamento da universidade que deve ser indicado com uma placa de acessibilidade bem visível, pois, só há o Símbolo Internacional de Acesso no chão para cadeirantes.

No percurso interno do campus trabalhar na verificação das calçadas que trazem muitos problemas aos usuários principalmente aos deficientes pois apresentam desníveis no chão e provocam situação de perigo aos usuários.

As rampas devem ser observadas nas suas instalações conforme os itens 6.5 a 6.5.2.3 da NBR 9050/2004, pois, estão completamente fora das medidas estabelecidas pela norma, não são fixas e não possuem corrimãos.

Quanto aos sanitários instalados pelo campus deve ser feita uma vistoria neste sentido, pois há poucos sanitários adaptados para deficientes, incluindo os mobiliários e portas que estão desordenados conforme os itens 7 a 7.4.5 da NBR 9050/2004.

Os bebedouros instalados no campus não obedecem a altura de instalação que é no mínimo de 0,90 m do piso conforme a NBR 9050/2004 no item 9.1.2.2, o mesmo acontece com os telefones, pois, no campus há somente um telefone, que está instalado a 1,00 m do piso e a NBR 9050/2004 estabelece 0,73 m do piso.

Ainda sugiro algumas modificações nos auditórios de elementos, tais como: rampa de acesso, bancos e outros, que não se aplica a NBR 9050/2004 e não há acessibilidade nenhuma para deficientes.

Inclui-se também a Biblioteca, que deveria efetuar um levantamento para identificar e quantificar os usuários deficientes que utilizam seus serviços, bem como conhecer os tipos de deficiências. Estas informações subsidiariam os projetos para reformas em melhorar a acessibilidade da Biblioteca, uma vez que no orçamento da Instituição como foi detectado existem verbas específicas para esta finalidade e, que também podem ser pleiteadas pelo governo por meio de projetos específicos com esta finalidade.

Na biblioteca existem muitos itens que devem ser avaliados urgentemente como na sua chegada, os pisos são escorregadios e os tapetes não são embutidos e fixos no chão, conforme o item 6.1.7 da NBR 9050/2004. Na porta central da biblioteca não possui sinalização tátil, conforme o item 5.9.2 da Norma. Quanto ao balcão de atendimento não tem nenhum conforto para os usuários cadeirantes, pois, está instalado, a uma altura superior a estipulada pela NBR 9050/2004, que é de 0,73 m do piso, não dá comodidade aos usuários. Não existem faixas guias táteis e pisos antiderrapantes na biblioteca, o piso no seu interior é escorregadio por ser encerado.

Quanto ao elevador da biblioteca para o acesso aos outros andares, precisa de reparo imediatamente, este, está interditado e não possui indicação visual e tátil conforme o item 6.8.2.4 da Norma.

Não há comunicação de emergência instalado em nenhum setor da biblioteca.

Também não há sinalização direcional visível dos espaços de circulação e sanitários na biblioteca, nem sinalização tátil em Braille e em relevo nas placas do alcance do tato localizadas nas portas de entrada, conforme indicadas nos itens 5 a 5.3 da NBR 9050/2004.

As escadas e os corrimões, não tem sinalização em Braille, nem sinalização

tátil, não obedecem a NBR 9050/2004.

Quanto às saídas de emergências estão interditas sem condições de uso, não obedecem ao item 5.2.3 da Norma.

Para complementar a acessibilidade aos deficientes visuais sugere-se que a biblioteca adquira uma máquina de impressão em Braille, capacitando-os para que possam imprimir seus trabalhos.

Portanto, a instituição deverá seguir as recomendações das Leis e da NBR 9050/2004 sobre a acessibilidade nas reformas das arquiteturas existentes e nas futuras construções, assim, ao aplicá-las estará participando de um processo de inclusão social com mais qualidade de vida para estas pessoas.

Na perspectiva, que a instituição tome as devidas providências na eliminação das barreiras em relação aos recursos de acessibilidades que oferece para as pessoas com deficiência, então, acredito ter atingido os objetivos do trabalho.

REFERENCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050 – Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos**. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE. Secretaria dos Direitos Humanos. **Acessibilidade**. Brasília, DF, 2008a. p.39.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília, DF, 2008b.p.15,50.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico – 2000**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/deficiencia_Censo2000.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2010.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Senado Federal. **Estatuto da pessoa com deficiência**: a natureza respeita as diferenças. Brasília, DF, 2007. p.42,63.

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislação/Lista_TextoIntegral.action?is=218628>. Acesso em: 27 nov. 2010.

CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS/UNIRITTER. **Site institucional - Histórico**. Disponível em:
<http://www.uniritter.com.br/menu_institucional/centro_universitario/>. Acesso em: 24 set. 2010.

EMMANUELLI, Mara Neide. **Acessibilidade física em bibliotecas universitárias**: um direito de todos. 2009. 82 f. Monografia (Especialização em Gestão de Bibliotecas Universitárias) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. p.79.

FACULDADE PORTO - ALEGRENSE. **Site institucional - Histórico**. Disponível em:
<<http://www1.fapa.com.br/php/oferta.php?op=1>>. Acesso em: 24 set. 2010.

FIGUEIREDO, Nélia Maria Almeida de (Org.). **Método e Metodologia na Pesquisa Científica**. São Caetano do Sul: Difusão, 2004. p.107.

GARCIA, Carla Cristina. **Sociologia da acessibilidade**. Curitiba: IESDE, 2008. p. 93.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - FURG. **Site institucional - Histórico**. Disponível em: <<http://www.furg.br/>>. Acesso em: 23 set. 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004. p.50.

JOB, Ivone. **A Biblioteca universitária brasileira na sociedade global: análise e reflexão**. 2006. p. 4. Disponível em: <http://www.cibersociedad.net/congres2006/gts/comunicacio_php?id=678&lengua=po>. Acesso em: 09 out. 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 12 nov. 2010.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL - PUCRS. **Site institucional - Histórico**. Disponível em: <<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/pucrs/Capa/>>. Acesso em: 24 set. 2010.

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE AÇÕES RELATIVAS ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS. **Pessoa com deficiência: aspectos teóricos e práticos**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006.

SAEZ, Adelaide Maria. **As Ciências Sociais no Rio Grande do Sul: e pesquisa na graduação em uma universidade privada**. 2005. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2005. p. 32. Disponível em: <<https://memphis.ulbranet.com.br/BIBLIO/PPGEDUM017.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2010.

SOARES, Maria Susana Arrosa (Coord.). **Educação superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002. p. 32,34.

TESKE, Ottmar (Coord). **Sociologia: textos e contextos**. 2. ed. Canoas: ULBRA, 2005. p. 346.

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL. **Site institucional - Histórico**. Disponível em: <<http://www.unisc.br/portal/pt/a-unisc/a-universidade/historico.html>>. Acesso em: 24 set. 2010.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS. **Site institucional - Histórico**. 2006. Disponível em: <http://www.unisinos.br/principal/files/perfil_unisinos2006.pdf>. Acesso em: 23 Set. 2010.

UNIVERSIDADE FEEVALE. **Site institucional - Histórico.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Feevale>. Acesso em: 24 set. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS. **Site institucional - Histórico.** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/index_a_ufrgs.htm>. Acesso em: 23 set. 2010.

UNIVERSIDADE LUTERNA DO BRASIL - ULBRA. **Site institucional - Histórico.** Disponível em: <<http://www.ulbra.br/>>. Acesso em 24 set. 2010.

VILELA, Suely; et al. Ensino Superior: desafios e soluções para o Brasil. **Educação Brasileira**, Brasília, v. 29, n. 58/59, p.16, jan./dez. 2007.

VICENTINI, Luis Atílio; et al. O Papel da Biblioteca Universitária no Incentivo à Leitura e Promoção da Cidadania. **Biblios**, Lima, v. 8, n. 27, p. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.revistabiblios.com/ojs/index.php/biblios>>. Acesso em: 26 out. 2010.

ANEXO A: ROTEIRO ADAPTADO DE EMMANUELLI (2009)

**ROTEIRO ADAPTADO DE EMMANUELLI (2009), PARA CONHECER AS
CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE FÍSICA DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA (BU)**

	ITENS PARA AVALIAÇÃO	NÃO	SIM	QTDE.
1	INFORMAÇÕES SOBRE OS USUÁRIOS			
1.1	O bibliotecário tem informações sobre o número de estudantes portadores de deficiência física que freqüentam a universidade?			
1.2	O bibliotecário tem conhecimento de estudantes que freqüentam a biblioteca e que são portadores de algum tipo de deficiência física?			
1.3	Existe interesse dos portadores de deficiência física da comunidade, pelos serviços da biblioteca?			
1.4	Existem recursos financeiros assegurados à biblioteca para que possa atender as leis de acessibilidade?			
2	INFRAESTRUTURA DO CAMPUS			
2.1	Quanto à Acessibilidade no Estacionamento Público			
2.1.1	Na instituição possui estacionamento para deficiente próximo à biblioteca?			
2.1.2	Havendo estacionamento específico, á(s) vaga(s) estão em piso plano?			
2.1.3	Havendo estacionamento, há vaga(s) reservada(s) para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida? Se houver, quantas vagas reservadas existem?			
2.1.4	E em caso afirmativo, a(s) vaga(s) reservada(s) é(são) identificada(s) com placa vertical, com o Símbolo Internacional de Acesso e com identificação escrita relativa à condição de reserva de vaga e do público-alvo?			
2.1.5	Há rebaixamento do meio-fio e rampa na calçada para ligar a vaga à calçada ou passeio?			
2.1.6	Em caso de haver vaga(s) reservada(s) , ela(s) está(ão) próxima(s) dos acessos de circulação de pedestres?			
2.1.7	O percursos (caminho) da vaga até a calçada (passeio) é livre de obstáculos (degraus, blocos de concreto, grelhas ou barras de ferro sobressalentes no piso)?			

Continua ...

Continuação

	ITENS PARA AVALIAÇÃO	NÃO	SIM	QTDE.
2.2	QUANTO Á ACESSIBILIDADE EM TRANSPORTE URBANO COLETIVO			
2.2.1	O Campus é atendido com linhas de transporte urbano coletivo (ônibus) ou lotação ?			
2.2.2	O Campus é atendido com linhas de transporte urbano coletivo (lotação) adaptado para o transporte de pessoas com deficiência física?			
2.3	SOBRE O PERCURSO INTERNO ENTRE OS PRÉDIOS			
2.3.1.	O percurso (caminho) entre “o ponto de embarque/desembarque de transporte coletivo (ônibus ou lotação)” até a biblioteca é livre de obstáculos (degraus, blocos de concreto, grelhas ou barras de ferro sobressalentes no piso)?			
2.3.2	O percurso (caminho) entre os prédios até a biblioteca possui degraus?			
2.3.3	O percurso (caminho) entre os prédios até a biblioteca possui rampas?			
2.3.4	Onde há rampas, a medida da inclinação da mesma está de acordo com a medida indicada na norma NBR 9050?			
2.3.5	A largura mínima da(s) rampa(s) existentes entre os prédios é de 1,20 m?			
2.3.6	Há corrimão em ambos os lados da(s) rampa(s)?			
2.4	QUANTO AOS SANITÁRIOS E MOBILIÁRIOS URBANOS			
2.4.1	O Campus dispõe de sanitários adaptados para portadores de deficiência física que estejam próximos da biblioteca?			
2.4.2	Existe bebedouro acessível com altura livre inferior de no mínimo 0,73m de piso acabado próximo da biblioteca?			
2.4.3	Existe telefone instalado suspenso, com altura livre inferior de no mínimo do 0,73m do piso acabado próximo da biblioteca			
3	INFRAESTRUTURA DA BIBLIOTECA			

Continua ...

Continuação

	ITENS PARA AVALIAÇÃO	NÃO	SIM	QTDE.
3.1	QUANTO A ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA			
3.1.1	A calçada em frente à biblioteca apresenta-se conservada?			
3.1.2	O piso que dá acesso à biblioteca é escorregadio?			
3.1.3	A circulação da entrada da biblioteca é contínua?			
3.1.4	A circulação da entrada da biblioteca possui degrau?			
3.1.5	Caso a circulação de entrada da biblioteca possua degrau, ela possui também rampa de acesso?			
3.1.6	A porta de entrada possui condições de passagem para cadeirante? (vão livre mínimo de 0,80m e altura mínima de 2,10M)			
3.1.7	A porta de entrada possui , sinalização tátil?			
3.1.8	A porta de entrada é totalmente de vidro?			
3.1.9	No caso de porta de vidro, possui uma faixa ao longo de toda a largura da porta e outra de moldura?			
3.1.10	O balcão de empréstimo permite a aproximação frontal para a utilização de um usuário cadeirante, com altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30 m ?			
3.1.11	A biblioteca possui catraca na sua área de entrada principal?			
3.1.12	Caso possua catraca, a passagem pela mesma é compatível com as medidas antropométricas expostas na Norma NBR 9050? (para rotação de 90%=1,20 x 1,20 m) ?			
3.1.13	Os armários guarda-volumes são adaptados?			
3.1.14	Existem faixas guias táteis e pisos antiderrapantes?			
3.1.15	O piso no interior da biblioteca é escorregadio?			
3.1.16	O piso no interior da biblioteca é constituído de tapetes ou forrações?			

Continua...

Continuação

	ITENS PARA AVALIAÇÃO	NÃO	SIM	QTDE.
3.1.17	Se o piso dispõe de tapetes ou forrações, estes estão embutidos, fixados e nivelados com o pavimento circundante?			
3.1.18	Dimensões internas e disposição do mobiliário permitem a mobilidade de todas as pessoas, com acessórios de mobilidade (bastões, muletas, andadores, cadeiras de rodas)?			
3.1.19	As portas internas na biblioteca são acessíveis seguindo as dimensões antropométricas (mínimo de 0,80m de largura) de fácil e leve manipulação possuindo maçaneta tipo alavanca?			
3.1.20	A distância entre as estantes de livros possuem, no mínimo 0,90m de largura?			
3.1.21	Nos corredores entre as estantes de livros, a cada 15m, existe um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas?			
3.1.22	A altura dos fichários atende às faixas de alcance manual, (mínimo de 0,45m e máximo de 1,40m)?			
3.1.23	As mesas permitem a aproximação frontal de um usuário cadeirante?			
3.1.24	Na biblioteca é necessário elevador para o acesso às informações?			
3.1.25	A biblioteca dispõe de banheiro adaptado para deficientes?			
3.2	ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL			
3.2.1	Na biblioteca existe comunicação de emergência transmitida para todos os setores da biblioteca, tanto de forma visual como auditiva e, se possível, vibratória?			
3.2.2	Há sinalização direcional claramente visível dos espaços, tais como circulação, sanitários e outros?			
3.2.3	Na biblioteca existe sinalização tátil em Braille e em relevo na lateral interna dos corrimãos de escadas ou rampas, no começo destes?			
3.2.4	Há sinalização tátil com caracteres em Braille e em relevo nas placas sinalizadores acessíveis ao alcance do tato localizadas nas portas, entrada a novos cômodos ou salas?			
3.2.5	Se a biblioteca possui elevadores, eles possuem voice e indicação dos andares em Braille?			

Continua ...

Continuação

	ITENS PARA AVALIAÇÃO	NÃO	SIM	QTDE.
3.3	ACESSIBILIDADE INSTRUMENTAL			
3.3.1	A biblioteca oferece condições físicas para a acessibilidade digital?			
3.3.2	Na biblioteca existem computadores com ferramentas de busca de informática com programas de informática e páginas de Internet acessível?			
3.3.3	A localização do computador de consulta é acessível para os usuários deficientes?			
3.3.4	A localização do computador de acesso à Internet/base de dados é acessível?			
3.3.5	Existe quantidade suficiente de computadores com programas específicos para atendimento aos usuários?			
3.3.6	Existe condição de atendimento para deficientes auditivos?			
3.4	ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA			
3.4.1	A biblioteca possui em seu quadro de pessoal algum profissional capacitado para atender e desenvolver atividades voltadas à acessibilidade?			
3.4.2	Na biblioteca existem, acervos específicos em Braille para deficientes ?			
3.5	ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA			
3.5.1	O regulamento da biblioteca contempla as questões relativas à acessibilidade?			
3.5.2	O regulamento da biblioteca contempla claramente os serviços oferecidos?			
3.5.3	Existem serviços de atendimento ao usuário que sejam específicos para atender usuários especiais?			

Fonte: Roteiro adaptado de EMMANUELLI (2009).